

* 6 MAI 1991

No brejo

6 Con. Brasil

JORNAL DA TARDE

No lento e repetitivo balanço que agita ciclicamente este pântano, o desempenho da indústria paulista no mês passado despertou um otimismo moderado entre o empresariado, depois de ter produzido o efeito contrário nos últimos 13 meses, quando se registraram quedas sucessivas. Agora, o nível de atividade industrial em São Paulo dá, mais uma vez, sinais de recuperação. As verbas do setor eletroeletrônico aumentaram 30% e algumas empresas já normalizaram seu faturamento. Cresceram também as vendas nos setores de papel para embalagem, papel descartável e alimentos.

O aumento da atividade industrial em abril é justificado pela sensível recuperação das vendas do comércio em março, estimuladas pela abertura de crediários. No mês passado, entretanto, o desempenho do comércio foi negativo. Um levantamento preliminar realizado pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo indica que, na primeira quinzena de abril, as vendas caíram 20% em relação às dos primeiros 15 dias de março.

Esse quadro justifica a avaliação de alguns empresários, que vêem no melhor desempenho da indústria em abril apenas um movimento de formação de estoques, seja porque as empresas precisam repô-los com o objetivo de atender à demanda impulsionada pela proximidade do Dia das Mães seja porque querem antecipar-se aos reajustes a serem decididos nas "câmaras setoriais de monitoramento" criadas pelo governo ou mesmo preparar-se para o fracasso do congelamento de preço.

Continuamos todos, no entanto, sem poder comemorar perspectivas de uma recuperação firme. Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão do Ministério da Economia, mostram que, em março, a produção industrial caiu 12,8% em relação a março de 1990, situação que tende a melhorar ao longo deste trimestre, durante o qual a queda deve ficar em 2,8%. A melhora, porém, resultará menos da real recuperação da economia do que de um efeito estatístico: o segundo trimestre deste ano será comparado com igual período do ano passado, quando, sob o impacto do Plano Collor 1, muitas empresas praticamente pararam suas atividades.

Os investimentos suspensos naquela época não foram retomados. Muitas empresas ainda procuram superar as dificuldades provocadas pelo Plano Collor 1 — que explicam boa parte da queda, de 10,2% em 1989 para 2% em 1990, da rentabilidade do patrimônio detectada pela Consultoria Austin Asis —, enquanto outras não vêem clima propício para a expansão dos negócios. "É proibido pensar a longo prazo neste país", diz o empresário Armando Klabin, referindo-se à dificuldade que as empresas enfrentam para programar seu futuro. De tempos em tempos, o governo impõe mudanças bruscas nas regras, aumenta seu controle sobre as empresas, interfere nos negócios entre o comércio, a indústria e o consumidor e,

assim, inibe os investimentos.

Tem toda a razão o dr. Klabin. Neste momento, por exemplo, em vez de fazer planos para enfrentar a realidade de uma economia planetária mergulhada numa concorrência feroz que se dá pelo nível da formação do material humano — uma tarefa para gerações — pela modernização tecnológica — um esforço milionário que começa por investimentos maciços em pesquisa de ponta — e pelo livre acesso à informação, o governo brasileiro (e com ele todas as forças produtivas da Nação) está paralisado no insano esforço de "homogeneizar as expectativas dos agentes econômicos com relação à inflação e aos preços praticados no mercado", segundo as ilustradas palavras do "zeliete" Antônio Kandir, mediante intermináveis discussões nas câmaras setoriais de preços que definem, com precisão de centésimos, os reajustes para cada item produzido no País. Essa "homogeneização" exige, por exemplo, que a ministra da Economia desça a minúcias de como fixar o preço da aguardente de cana, mais conhecida como pinga ou cachaça (em 226,92, nem mais, nem menos!), e que sofra o desgaste de fixar reajustes de preços de 8,5% para um setor e de 12% para outro, sem que fique claro quais os critérios utilizados nessas decisões; ou, ainda, o de conceder reajustes para a indústria enquanto condena o comércio a continuar congelado.

Não são essas e outras trombadas do gênero em que a equipe econômica acaba se envolven- do que caracterizam, como poderia parecer, a sua incompetência. E isto pelo simples fato de que ninguém no mundo tem competência para se aventurar, com algum sucesso ou justiça, a substituir os mecanismos do mercado na equalização dos preços e nas relações da produção com o comércio, do capital com o trabalho e assim por diante. A incompetência está em meter-se nesses assuntos. Alguém poderia imaginar a cena, algum dia, do presidente George Bush ou qualquer outro dirigente do Primeiro Mundo reunido com seus ministros para fixar o preço máximo a ser cobrado pelo whisky do Kentucky? É claro que não. E mesmo se tentasse, num momento de bebedeira coletiva, colheriam o mesmo resultado que colhe o presidente Collor, d. Zélia e seus meninos: a introdução do caos nas relações econômicas e um continuado desgaste de imagem. A diferença é que, lá, a Justiça seria, provavelmente, ainda mais rigorosa com eles do que tentou ser com o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, aqui no Brasil, e todos perderiam os cargos imediatamente...

Mas, como por aqui é esse o tipo de "trabalho" que ocupa a maior parte do tempo dos presidentes e dos ministros de Estado, fica sem ser feito o trabalho que costuma ser dos presidentes e dos ministros em todos os países civilizados. E o País, com suas forças produtivas, continua obrigado a suportar o som irritante do coaxar dos sapos ministeriais, enquanto vai afundando no brejo.